



Unidade arranca conquistas para empregados da Caixa

O Sindicato e a Contraf-CUT assinaram na terça-feira (25) o acordo específico 2011/2012 com a Caixa Econômica Federal. Os avanços contemplados no documento são fruto da Campanha Nacional, cujo ápice se deu com a forte greve nacional da categoria, que durou 21 dias e chegou a fechar mais de 9 mil postos de trabalho - a maior paralisação dos últimos 20 anos. Em Brasília, a grande adesão dos empregados das agências e também dos prédios administrativos, principalmente os ligados às áreas da tecnologia da Caixa, fez com que mais de 90% dos locais de trabalho fossem completamente fechados.

Apesar do silêncio da Fenaban e da direção da Caixa durante quase toda a greve e da campanha da mídia e do governo de que reajuste salarial não seria viável no momento porque gera inflação de demanda, a mobilização conseguiu arrancar dos banqueiros, no acordo global, aumento real pelo oitavo ano consecutivo, valorização do piso e participação maior nos lucros - confirmando a política permanente de recomposição dos salários. Já o acordo específico da Caixa, aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), inclui avanços igualmente importantes, como a manutenção da PLR Social (leia mais abaixo), e também em outras áreas, como a ampliação do quadro em cinco mil funcionários até o final de 2012 e as



questões relacionadas à saúde do trabalhador e Saúde Caixa.

A exemplo da Fenaban, os bancários conquistaram também na Caixa o não desconto dos dias parados na greve, que serão compensados até o dia 15 de dezembro, sendo anistiado o eventual

saldo de horas após esse prazo.

Segundo o diretor do Sindicato Wandeir Severo, essas conquistas não seriam possíveis sem a participação dos bancários, ao lado da entidade, na paralisação e nos comitês de esclarecimento. "A adesão natural dos bancários à greve mostrou

a indignação dos empregados da Caixa com a empresa e as conquistas demonstram a força que os trabalhadores têm quando se unem", ressaltou o dirigente sindical, acrescentando que "o saldo da campanha é bastante positivo diante do cenário adverso para os trabalhadores".

Valorização do piso

Outra reivindicação dos empregados contemplada na Campanha refere-se à valorização do piso. O novo acordo, que garante um novo aumento, promove uma mudança na tabela do Plano de Cargos e Salários (PCS). Com

isso, os novos concursados passam a ingressar no banco na Referência 202 e, depois de 90 dias, avançarão automaticamente para a 203. Assim, o salário após os 90 dias do contrato de experiência passa dos atuais R\$ 1.637 (valor

atual da ref. 202) para R\$ 1.826 (ref. 203 já aplicado o reajuste de 9% negociado com a Fenaban), representando assim um reajuste de 11,55% nesse piso.

Todos os empregados que hoje ocupam a referência 202 passam

automaticamente para a 203. O mesmo vale para a Carreira Profissional, na qual os pisos passam a ser a referência 802 no ingresso, com valor de R\$ 7.932, e a referência 803 após 90 dias de contratação, com o valor de R\$ 8.128.

Como fica o plano de carreira

TBN	Valor (R\$)
203	1.826
214	2.344
232	3.533
247	4.984

Como fica o piso

Data-base	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Acum. 2004-2011
Inflação (%) - INPC/IBGE	6,64	5,01	2,85	4,82	7,15	4,52	4,29	7,39	51,42
Reajuste salarial (%)	8,50	6,00	3,50	6,00	10,00	6,00	10,19	11,55	80,84
Ganho real (%)	1,74	0,94	0,63	1,13	2,66	1,42	5,66	3,87	19,42
Piso salarial (R\$)	1.070	1.134	1.174	1.245	1.369	1.451	1.638	1.827	-



A força da m



Desconto assistencial garante a mob

Contrariando todo um cenário adverso – a crise financeira internacional e o discurso do governo e dos bancos contra o aumento de salários –, os bancários garantiram reajuste salarial de 9%, com aumento real, valorização dos pisos, PLR maior, além de itens relacionados à saúde e à segurança. Todas essas conquistas só foram possíveis graças à luta e mobilização da categoria ao longo da Campanha Nacional 2011, reforçadas pela organização, planejamento, estraté-

gia e infraestrutura, que dispõem grande investimento do Sindicato.

Os investimentos efetuados na Campanha Nacional deste ano, entre os quais se inclui a realização de todos os congressos locais e nacionais, além dos 21 dias de greve, são cobertos pela contribuição assistencial, uma das verbas que sustentam a atuação sindical e custeiam as despesas específicas com as campanhas salariais realizadas anualmente.

A contribuição assistencial foi aprovada previamente em assem-

bleia geral da categoria após o Congresso do Sindicato, realizado em julho, dando uma autonomia à direção da entidade para não poupar esforços para fazer o enfrentamento com o poderio econômico dos bancos.

O percentual da contribuição neste ano será de 1% (um por cento) sobre o salário bruto. A contribuição será recolhida de todos os bancários, sindicalizados ou não, de bancos públicos e privados.

Muito antes da greve, o Sindicato organizou diversas atividades, entre

reuniões nos locais de trabalho, assembleias, encontros de delegados e seminários por segmentos de bancos, o Congresso do Sindicato, além de enviar delegados à 13ª Conferência Nacional dos Bancários em julho, em São Paulo, e ao 22º Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil e ao 27º Conecef, também em São Paulo.

Investimentos

Além disso, houve investimentos significativos para montar a in-



mobilização



ilização e continuidade da luta

fraestrutura e organização da greve e de atividades de campanha, como aluguel de equipamentos de som, comunicação, palco, banheiros químicos, tendas, veículos de transporte, contratação de prestadores de serviços e de mensageiros, marmitas, gráfica, alimentação, combustível, bem como material de divulgação e propaganda para a categoria e para esclarecimento da população, como anúncios nas emissoras de rádio e TV. E também faixas, adesivos

variados, cartazes, balões, panfletos, jornais, carros e caminhões de som e músicos para ações de convencimento e manifestações.

“Para enfrentar os bancos, que integram um dos setores mais fortes da economia, é preciso investir em organização, planejamento, estratégia e infraestrutura. O bancário que é consciente e sabe dos gastos que envolvem uma Campanha Nacional certamente vai autorizar a contribuição sindical para fortalecer ainda mais nossa luta,

que é diária”, afirma o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto.

Oposição à contribuição

Os acordos 2011/2012 preveem a realização do desconto assistencial, nas cláusulas 53ª da CCT; 50ª do BB; 33ª da Caixa; e 60ª do BRB.

Os bancários que queiram fazer o pedido de oposição à cobrança devem comparecer pessoalmente à sede do Sindicato

(SHCS EQ 314/315 Bloco A) no período de 1º a 16 de novembro, das 9h às 18h, munidos obrigatoriamente de crachá. Além disso, deverá entregar uma carta, em duas vias, se opondo à contribuição, na qual conste nome completo, banco, matrícula funcional com dígito, prefixo da lotação e o nome da dependência. Esses dados são exigidos pelo próprio banco e são de responsabilidade do requerente. Não será aceita solicitação por terceiros.

PLR Social é conquista

Um dos avanços mais importantes da Campanha Nacional 2011 é a manutenção da PLR Social. Conquistada pelos bancários durante a greve de 2010, neste ano a Caixa se recusou durante as negociações a renovar a cláusula que garantia o benefício aos trabalhadores.

Grças à mobilização dos bancários, a empresa recuou e concordou com a manutenção da PLR Social. Pelo acordo, a Caixa distribuirá 4% do lucro líquido de forma linear para todos os empregados, além da regra básica da Fenaban (90% do salário mais R\$ 1.400, com teto de R\$ 7.827,29). Esse valor será distribuído mesmo que, somado à regra da Fenaban, seja ultrapassado o limite de 15% do lucro do banco previsto na convenção coletiva da categoria.

Segundo o diretor da Fetec-CN José Herculanio, o Bala, a Caixa não teria aceitado manter o benefício da PLR Social se os trabalhadores não estivessem unidos. "Embora a Caixa seja o único banco a fazer o pagamento da PLR Social, a manutenção da PLR Social foi arrancada pelos bancários. Isso é conquista da greve", destacou.



Dias parados não serão descontados

Durante a greve era recorrente o discurso de que os dias parados seriam descontados, mas desde 2005 a Convenção Coletiva assinada com a Fenaban prevê a compensação desses dias até determinada data sem possibilidade de desconto em folha dos dias porventura não compensados.

Na Campanha Salarial deste ano, a luta dos bancários garantiu

com que a Caixa não descontasse nenhum dia dos trabalhadores em greve. A compensação deve acontecer no máximo até 15 de dezembro, somente de segunda a sexta, com exceção de feriados, em até duas horas de acréscimo na jornada por dia. Caso ainda restem dias não compensados até essa data, o saldo será anistiado.

O secretário de Finanças do Sindicato, Enilson da Silva, lembra que os dias não trabalhados só podem ser compensados a partir da data de assinatura do acordo

aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que aconteceu na terça-feira (25).

"Nós esperamos que, em 2011, a Caixa respeite seus empregados e cumpra o que foi acordado na CCT, e não tenha a mesma postura de 2008, com ameaças de desconto dos dias parados", diz Enilson. Ele orienta ainda que, caso alguém tenha os dias não trabalhados descontados na folha de pagamento, ou sofra retaliações por conta da greve, deve procurar o Sindicato imediatamente.

Os frutos da Campanha Nacional para os empregados da Caixa

- Ampliação de 160 para 180 dias da garantia de manutenção de função para trabalhadores afastados por motivos de saúde.
- Filhos maiores de 21 anos comprovadamente sem renda podem continuar até os 24 anos como dependentes indiretos no Saúde Caixa, mesmo que não estejam estudando e até os 27 caso estejam.
- O Banco se comprometeu a discutir a destinação do superávit do Saúde Caixa para melhorias no plano no GT Saúde Caixa. O GT terá autorização da empresa para realizar uma negociação efetiva. O mesmo acontece com a criação de estruturas especifi-

cas em todos os estados para o Saúde Caixa e questões de saúde do trabalhador dentro do banco.

- Empregados auxiliares de serviços gerais receberão reajuste linear de R\$60 além do aumento negociado na Convenção Coletiva. Com a incidência das vantagens pessoais e adicional por tempo de serviço, o valor pode chegar a R\$106.
- Alteração do estatuto para permitir que empregados que não tenham ocupado função de gestor possam concorrer ao cargo.
- Criação de uma linha de crédito especial para os empregados cha-

mada Empréstimo Calamidade que prevê um empréstimo de até 10 salários padrão, limitada à margem consignável, para ser pago em até 60 vezes sem juros com carência de 90 dias. O empréstimo é para os empregados que perderam seus bens em ocorrências como enchentes, desabamentos, entre outras. É necessário que o município decrete estado de calamidade pública.

- Abertura de Comissão de Conciliação Voluntária (CCV) para inativos em todos os sindicatos e para qualquer assunto.
- A Caixa se comprometeu a assinar, em até 60 dias após a assina-

tura do acordo aditivo, um termo aditivo estendendo a CCV para os empregados da ativa que queiram reivindicar direitos referentes à 7ª e 8ª hora dos cargos de natureza técnica.

- A Caixa concorda em atender a reivindicação dos empregados que trabalhavam na extinta compensação de cheques de incorporação do adicional noturno, utilizando os termos do RH151.
- Adoção, para os empregados da ativa, aposentados e pensionistas, da menor taxa de juros praticada pela Caixa para o empréstimo consignado.

Capital Inicial vai comandar a Festa dos Bancários 2011. Mais em www.bancariosdf.com.br